

Opper Investimentos S.A.

CNPJ/MF nº 10.291.050/0001-29

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. Aos acionistas: Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração da Opper Investimentos S.A. ("Opper Investimentos" ou "Companhia") referente às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. **2. Operação:** A Opper Investimentos tem como principal objeto social a participação em sociedades, como sócia ou acionista, que explorem, direta ou indiretamente, negócios de concessão de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de execução, gestão e fiscalização de atividades relacionadas à operação, à conservação, ao melhoramento, à ampliação e à recuperação de rodovias ou estradas de rodagem e negócios afins. A Opper Investimentos é uma empresa nascida do empreendedorismo do Sr. Pelerson Soares Penido. A visão de futuro com a qual ele era dotado levou-o a participar da licitação para a concessão da Rodovia Presidente Dutra em 1996. Nascia, então, um ramo de negócio extremamente promissor. Atualmente, a Companhia possui participação direta nas controladas em conjunto Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A. ("Motiva") de 10,43% e na Companhia Operadora de Rodovias – COR de 23,28%, além de uma participação de 22,82% no Consórcio Operador da Rodovia Presidente

Dutra – COPER. A Motiva é uma "holding" cujo objeto social a permite atuar no setor de concessões de infraestruturas públicas, tais como, rodovias, vias urbanas, pontes, túneis, metrô, ferrovias, aeroportos, aquaviárias e de telecomunicações e outras atividades que estejam ligadas a essas, bem como a participar em outras sociedades. A COR possuía como principal operação a prestação de serviços relacionados à operação de rodovias e o COPER, prestação de serviços de operação da Rodovia Presidente Dutra BR-116/RJ/SP, cujo contrato encerrou-se em 28 de fevereiro de 2021 com a mão de obra fornecida pela COR. Após o término deste contrato, tanto o COPER como a COR deixaram de operar e entraram em um processo de dormiência, pois ambas não possuem outras atividades operacionais. Com o objetivo de expandir sua área de atuação, a Motiva pretende concorrer em novas concessões rodoviárias, de mobilidade urbana e aeroportuárias por meio de licitações e Parcerias Público-Privadas - PPPs dos Governos Federal, Estaduais e Municipais, assim como em aquisições de outras concessionárias existentes. É também parte integrante de sua estratégia buscar novas oportunidades no mercado internacional. **3. Mercado de atuação:** A Opper Investimentos possui participação direta na controlada em conjunto Motiva (em 23 de abril de 2025 foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária Extraordinária a troca da razão social da Companhia de CCR

S.A. para Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A.), responsável por 3.615 quilômetros de rodovias de malha concedida nacional. Além da atuação em concessões rodoviárias, a Motiva busca investimentos em outros segmentos de negócios, como mobilidade urbana e concessões aeroportuárias. No segmento de mobilidade urbana, é responsável pela prestação de serviços de transporte de passageiros em metrô, trens, veículos leves sobre trilhos e barcas (que operou até fevereiro de 2025 quando encerrou o contrato de concessão), que somam aproximadamente 188,5 quilômetros de extensão, transportando aproximadamente 3 milhões de passageiros por dia. No segmento de concessões aeroportuárias, é responsável pela administração e exploração de 17 aeroportos nacionais e 3 internacionais com capacidade para transportar mais de 40 milhões de passageiros embarcados por ano. A Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A. continua ativamente e seletivamente em busca de novas oportunidades de negócios de concessões rodoviárias, mobilidade urbana e aeroportuárias, primário e secundário, em consonância com seu objeto social e com o claro objetivo de identificar e desenvolver novas oportunidades de investimento e transações relevantes para a Companhia. **4. Resultado das operações:** Resultado operacional: A equivalência patrimonial em 2025 foi de R\$ 342.364, em comparação aos R\$ 130.237 de 2024. Esse aumento é explicado, em virtude do resultado

influenciado pelos efeitos não-recorrentes e desempenho operacional e financeiro de sua controlada em conjunto Motiva. **Resultado financeiro:** No ano de 2025, o resultado financeiro líquido atingiu R\$ 1.052, em comparação a R\$ 612 em 2024. Este aumento é decorrente principalmente de rendimentos financeiros de caixa e equivalentes de caixa comparado ao ano anterior. **5. Auditores Independentes:** Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses. Entretanto, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa. As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objetos de auditoria por parte dos auditores independentes. **6. Agradecimentos:** Finalizando, queremos expressar os nossos agradecimentos aos usuários, aos acionistas, às instituições governamentais, aos financiadores, aos prestadores de serviços e a todos os colaboradores da Opper Investimentos. São Paulo, 29 de abril de 2026 A Administração.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	11.199	8.545
Impostos a recuperar	6	1.085	860
Dividendos a receber		12.940	-
Outras contas a receber		487	1.320
Total do ativo circulante		25.711	10.725
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Outras contas a receber		354	447
Total de realizável a longo prazo		354	447
Investimentos	7	2.219.240	1.991.789
Total do ativo não circulante		2.219.594	1.992.236
Total do ativo		2.245.305	2.002.961
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	9	16	-
Fornecedores e contas a pagar – partes relacionadas	8	265	103
Impostos e contribuições a recolher		27	11
Obrigações sociais e trabalhistas		21	19
Dividendos a pagar	11	193.309	29.917
Total do passivo circulante		193.631	30.066
Patrimônio líquido			
Capital social	11	1.725.000	1.105.000
Reservas de lucros	11	182.221	723.608
Ajuste de avaliação patrimonial	11	98.378	118.512
Reservas de capital	11	46.075	25.775
Total do patrimônio líquido		2.051.674	1.972.895
Total do passivo e patrimônio líquido		2.245.305	2.002.961

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Reservas de lucros			Reservas de Capital			Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Legal	Retenção de lucros	Para equalização de dividendos e investimentos	Ajuste de avaliação patrimonial	Transações com acionistas			
Saldo em 1 de janeiro de 2024	655.000	129.237	154.060	454.605	77.778	(4.274)	35.972	13.697	1.516.075
Distribuição de dividendos adicional proposto	-	-	-	-	-	-	-	(13.697)	-
Aumento de capital mediante capitalização de dividendos a pagar	350.000	-	-	-	-	-	-	-	350.000
Aumento de capital mediante capitalização de retenção de lucros	100.000	-	(100.000)	-	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos através de reserva especial de dividendos	-	-	-	(10.343)	-	-	-	-	(10.343)
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	125.966	125.966
Outros resultados abrangentes – reflexo	-	-	-	-	40.734	-	-	-	40.734
Transações com acionistas – reflexo	-	-	-	-	-	-	(5.923)	-	(5.923)
Reserva legal	-	6.298	-	-	-	-	-	-	(6.298)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	(29.917)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	89.751	-	-	-	-	-	(89.751)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.105.000	135.535	143.811	444.262	118.512	(4.274)	30.049	-	1.972.895
Distribuição de dividendos adicional proposto	-	-	-	(40.727)	-	-	-	-	(40.727)
Aumento de capital mediante capitalização de reserva especial dividendo	403.535	-	-	(403.535)	-	-	-	-	-
Aumento de capital mediante capitalização de retenção de lucros	143.465	-	(143.465)	-	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos através de reserva especial de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	335.265	335.265
Outros resultados abrangentes – reflexo	-	-	-	-	(20.134)	-	-	-	(20.134)
Transações com acionistas – reflexo	-	-	-	-	-	-	20.300	-	20.300
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	16.763	-	-	-	-	-	-	(16.763)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	(15.925)
Dividendo Intermediário Proposto	-	-	-	-	-	-	-	-	(200.000)
Aumento de capital mediante capitalização de lucros acumulados	73.000	-	-	-	-	-	-	-	(73.000)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	29.577	-	-	-	-	-	(29.577)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.725.000	152.298	29.923	-	98.378	(4.274)	50.349	-	2.051.674

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto Operacional: A Opper Investimentos S.A. ("Opper Investimentos" ou "Companhia"), anteriormente denominada Soares Penido Concessões S.A., tem como principal objeto social a participação em sociedades, como sócia ou acionista, que explorem, direta ou indiretamente, negócios de concessão de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de execução, gestão e fiscalização de atividades relacionadas à operação, à conservação, ao melhoramento, à ampliação e à recuperação de rodovias ou estradas de rodagem, mobilidade urbana, concessões aeroportuárias e negócios afins. Em 30 de abril de 2024, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária Extraordinária a troca da razão social da Companhia de Soares Penido Concessões S.A. para Opper Investimentos S.A. A Opper Investimentos tem controle conjunto nas seguintes entidades: Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A. com participação direta de 10,43%; e Companhia Operadora de Rodovias – COR, com 23,28%. Adicionalmente, a Companhia possui uma operação em conjunto com o Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra – COPER, com 22,82%. O Consórcio prestou serviços exclusivamente a Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A., cujo contrato encerrou-se em 28 de fevereiro de 2021 com a mão de obra fornecida pela COR. Após o término deste contrato, tanto o COPER como a COR deixaram de operar e entraram em um processo de dormiência, pois ambas não possuem outras atividades operacionais. Viabilizar soluções de investimentos e serviços em infraestrutura. Essa é a principal contribuição da Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A. (Motiva ou Companhia) para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental das regiões onde atua. A Motiva é um dos maiores grupos privados de concessões de infraestrutura da América Latina. O objeto social da Motiva permite à Companhia atuar no setor de concessões de rodovias, aeroportos, vias urbanas, pontes e túneis, além do setor de infraestrutura metropolitana e outras atividades que estejam ligadas a essas, bem como participações em outras sociedades. A Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A. (Motiva ou Companhia) é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede em São Paulo, capital, constituída de acordo com as leis brasileiras e com ações negociadas na B3 – Brasil, Bolsa e Balcão (B3) sob a sigla "MOTV3". O exercício social da Companhia e de suas investidas inicia-se em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano. **2. Apresentação das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC):** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurados pelo seu valor justo, quando requerido. Em 29 de abril de 2026, foi autorizada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras. **Investimento em sociedade controlada em conjunto:** As demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 incluem a participação do percentual de 22,82% no COPER – Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra, segregada por grupo de contas, conforme segue:

	2025	2024
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	108	1.877
Contas a receber – partes relacionadas	-	876
Outros	43	25
Total do ativo circulante	151	2.778
Não circulante		
Outros	66	160
Total do ativo circulante	66	160
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	59	62
Impostos e contribuições a recolher	-	2
Fornecedores – partes relacionadas	162	-
Outras Contas a Pagar	-	5
Total do passivo circulante	221	69
Não circulante		
Resultado a distribuir às consorciadas	(4)	2.869
Total do passivo não circulante	(4)	2.869

Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras, foram elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no pe-

ríodo em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes estão incluídas nas notas explicativas. **Nota: 9 - Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários:** determinação de valor suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso; e **12 - Instrumentos financeiros:** premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis. **3. Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. **a) Investimentos:** Os investimentos da Companhia em entidades controladas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*). **Controladas:** A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras a partir da data em que a Companhia obteve o controle até a data em que o controle deixa de existir. **Controladas em conjunto:** Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia controle compartilhado da entidade e dá a Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor. **c) Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** O contábil a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contábil a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contábil a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo am-

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

	2025	2024
Lucro do exercício	335.265	125.966
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para o resultado		
Ajustes de avaliação patrimonial – reflexo	(119)	4
Total	(119)	4
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		
Ajustes de avaliação patrimonial – reflexo	(20.015)	40.730
Total outros resultados abrangentes	(20.134)	40.734
Total do resultado abrangente do exercício	315.131	166.700

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

tizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descausamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; - como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; - os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócio) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; - como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e - a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: - eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; - termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; - o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e - os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e perdas:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do IRPJ e CSLL	335.265	125.966
Ajustes para reconstruir o lucro: Equivalência patrimonial	(342.364)	(130.237)
Variação nos ativos e passivos		
Impostos a recuperar	(225)	(148)
Outras contas a receber	926	(200)
Fornecedores	(7)	(310)
Impostos e contribuições sociais a recolher	16	(25)
Obrigações trabalhistas	2	-
Fornecedores e contas a pagar – partes relacionadas	162	(160)
Recebimento de dividendos	102.139	87.855
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	95.914	82.741
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(93.260)	(82.050)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(93.260)	(82.050)
Aumento do caixa e equivalente de caixa	2.654	691
Moeda de caixa e equivalente de caixa		
No início do exercício	8.545	7.854
No final do exercício	11.199	8.545
Moeda de caixa e equivalente de caixa	2.654	691

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento: Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: - os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou - transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou - a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil existente e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **d) Ágio:** A Companhia possui ágio resultante da aquisição de participação na Motiva que está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura e está sendo apresentado na rubrica de investimentos deduzido, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável. O ágio possui vida útil indefinida e tem seu valor recuperável testado o mínimo anualmente, ou em períodos menores, caso haja indicadores de perda de valor. **e) Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment):** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As provisões para perda de ativos financeiros a receber ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passa a ser mensurada para a vida inteira do ativo. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado. **Ativos não financeiros** continua

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil</**

continuação

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está impaired, um novo valor do ativo é determinado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor justo do investimento total nas investidas, com base na quantidade de ações da investida e a respectiva cotação dessas ações a valor de mercado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e seu valor justo menos custos para vender. Uma perda por redução do valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. f) Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. g) Receitas e despesas financeiras: Receitas financeiras compreendem, basicamente, os juros provenientes de aplicações financeiras e as mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados por meio do resultado do exercício e das variações monetárias sobre passivos financeiros. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, as variações monetárias sobre passivos financeiros e as mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. h) Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 (base anual), para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores. O imposto de renda e a contribuição social diferidos não estão sendo reconhecidos no resultado, pois não é provável que a Companhia apure lucros tributáveis futuros. i) Adoção inicial de normas novas e alterações: A Companhia avaliou as novas normas e não houve a necessidade de adoção nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2025. j) Novas normas ainda não efetivas: Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2025 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis O CPC 51 substituirá o CPC 26/IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na Demonstração do Resultado, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. As medidas de desempenho definidas pela administração são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal de lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ou apresentar fluxos de caixa operacional pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto das novas normas. 4. Gerenciamento de riscos financeiros: Visão geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; e c) Risco financeiro e liquidez. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. a) Risco de crédito: Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, que potencialmente sujeita a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de rating. b) Risco de taxas de juros e inflação: Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos na nota explicativa no 5. c) Risco financeiro e liquidez: Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. 5. Caixa e equivalentes de caixa:

Table with columns for 2025 and 2024, showing financial data for Oppe Investimentos S.A. including items like Caixa e Bancos, Aplicações financeiras, and Saldo final em 31 de dezembro de 2024.

Table showing Movimentação dos saldos for 2025 and 2024, detailing changes in Saldo em 31 de dezembro de 2023 and 2024, including Dividendos distribuídos and Saldo em 31 de dezembro de 2024.

Table showing Reconciliação do patrimônio líquido e lucro líquido do exercício - Motiva S.A. for 2025 and 2024, including Ajustes no patrimônio líquido and Ajustes no resultado do exercício.

Table showing Saldo em 31 de dezembro de 2024 for 2025 and 2024, including Destinação - Dividendo adicional proposto de 2024 and Distribuição de dividendos através de reserva especial de dividendos.

Table showing Saldo em 31 de dezembro de 2025 for 2025 and 2024, including Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

Table showing Caixa e bancos, Aplicações financeiras, and Saldo final em 31 de dezembro de 2025 for 2025 and 2024.

Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna - Diretora-Presidente

Edmar Briquelli - Contador - CRC 1 SP 161770/O-6

Aos acionistas e administradores da Oppe Investimentos S.A., São Paulo - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Oppe Investimentos S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Oppe Investimentos S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com tais normas, está descrita na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se

b. Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social: Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de R\$ 142.034 (R\$ 135.853 em 31 de dezembro de 2024), que poderão ser compensados nos próximos exercícios, limitados a 30% do lucro tributável anual, sem prazo de prescrição. Não foram constituídos créditos fiscais diferidos pela incerteza na geração de lucros tributáveis futuros. 11. Patrimônio líquido: a. Capital social: Em 25 de novembro de 2025, foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 620.000, mediante a capitalização de parte do saldo da conta de "Reserva de Lucros - Retenção de lucros" no valor de R\$ 143.465, da conta de "Reserva de lucros - Reserva para equalização de dividendos e investimentos" no valor de R\$ 403.535, e parte do resultado do exercício no valor de R\$ 73.000, sem a emissão de novas ações, conforme disposto no parágrafo primeiro do artigo 169 da Lei nº 6.404/1976. O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 1.105.000 e em 31 de dezembro de 2025 passou a ser de R\$ 1.725.000, ambos representados por 268.373.457 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo 257.973.457 (duzentos e cinquenta e sete milhões, novecentas e setenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e sete) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal e 10.400.000 (dez milhões e quatrocentos mil) ações preferenciais nominativas e sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. b. Reservas de lucros: Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro do exercício apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Reserva de retenção de lucros: O saldo da reserva de retenção de lucros terá a sua destinação definida em assembleia geral ordinária. Reserva para equalização de dividendos e investimentos: A reserva para equalização de dividendos e investimentos é reflexo da reserva constituída pela subsidiária Motiva S.A. Conforme artigo 202 da Lei 6.404/76, os lucros que deixaram de ser distribuídos foram registrados como reserva especial, e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que o permitir a situação financeira da Companhia. Durante o exercício de 2025 houve pagamentos a título de utilização da reserva especial de dividendos de R\$ 40.727 (em 2024 R\$ 10.343). Adicionalmente, houve aumento de capital mediante capitalização de R\$ 403.535. c. Ajustes de avaliação patrimonial: Nesta rubrica são reconhecidos os efeitos do reflexo da participação na controlada em conjunto Motiva S.A., de: • Variações cambiais sobre os investimentos em investidas no exterior. Esse efeito acumulado é revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. • Hedge de fluxo de caixa com efeito no patrimônio líquido, cujo valor acumulado é transferido para o resultado ou para o ativo não circulante à medida da realização das operações protegidas. • Ajuste a valor justo de plano de pensão com benefício definido. d. Reservas de capital: Ágio em transações de capital: Nesta rubrica são reconhecidos os efeitos do reflexo da participação na controlada em conjunto Motiva S.A., decorrentes das mudanças na participação societária da controladora Motiva S.A. sobre controladas que não resultem em perda de controle. Qualquer diferença entre o montante pelo qual a participação tiver sido ajustada e o valor justo da quantia paga é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Transações com acionistas: Nesta rubrica são reconhecidos os efeitos do reflexo da participação na controlada em conjunto Motiva S.A., referente a equivalência patrimonial reflexa de ganho em transação com acionistas decorrente de cessão de opção de compra de terreno. e. Dividendos: Em 25 de novembro de 2025, foi aprovado o estatuto social da Companhia onde prevê a distribuição como dividendo de, no mínimo, 5% do lucro líquido ajustado na forma da lei aos titulares de suas ações. O saldo do lucro líquido ficará à disposição da Assembleia Geral que, observadas as disposições legais aplicáveis, deliberará sobre a sua destinação.

Table showing Lucro líquido do exercício, Constituição de reserva legal - 5%, Lucro líquido ajustado, Dividendo mínimo obrigatório - 5%, and Dividendo Intermediário for 2025 and 2024.

Table showing Saldo em 31 de dezembro de 2024 for 2025 and 2024, including Dividendos a pagar and Constituição de reserva de retenção de lucros.

Table showing Saldo em 31 de dezembro de 2025 for 2025 and 2024, including Dividendos a pagar and Constituição de reserva de retenção de lucros.

Ativos Caixa e bancos, Aplicações financeiras, Total, Passivos Dividendos a pagar, Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas, Total

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor: Contas a receber de partes relacionadas, outras contas a receber, fornecedores, fornecedores contas a pagar - partes relacionadas: os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações. Hierarquia de valor justo: A Companhia não possui saldos de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: inputs, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Table showing Hierarquia do valor justo for 2025 and 2024, including Ativos Caixa e Bancos, Aplicações financeiras, Total, and Passivos Dividendos a pagar, Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas, Total.

Table showing Hierarquia do valor justo for 2024 and 2025, including Ativos Caixa e Bancos, Aplicações financeiras, Total, and Passivos Dividendos a pagar, Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas, Total.

Valor justo: O valor justo representa o valor pelo qual o ativo/passivo poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes independentes dispostas a negociar. Análise de sensibilidade: As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros: Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações de juros no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2025 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Table showing Exposição a Risco de Juros for 2025 and 2024, including Aplicações financeiras CDI (2) and Total do efeito de ganho.

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo: No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção da taxa do cenário provável: (2) Refere-se à taxa de 31/12/2025, divulgada pela B3; (3) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI). 13. Demonstrações dos fluxos de caixa: Reconciliação das atividades de financiamento:

Table showing Dividendos a pagar and Total for 2025 and 2024, including Saldo inicial em 1 de janeiro de 2024 and Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento.

14. Eventos subsequentes: Dividendos: Em 15 de abril de 2026 a Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A., comunicou aos acionistas que será efetuado o pagamento de dividendos deliberados em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada na mesma data, no montante de R\$ 124.083, correspondentes a R\$ 0,06170433188 por ação ordinária de emissão da Companhia, a título de complemento dos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, dos quais, R\$ 12.999, compostos por 210.663.128 ações que são de direito da Oppe. Após o recebimento dos dividendos da Motiva, a Oppe irá efetuar o pagamento de R\$ 12.000 de dividendos já provisionados em 30 de abril de 2026.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

